

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

PALAVRAS NECESSÁRIAS

Documento escrito por Ernesto Martins
Publicado em: janeiro de 1975
Documento digitalizado em: 22.05.2009
Fonte: Acervo Victor Meyer

PALAVRAS NECESSÁRIAS

Ernesto Martins

1. Hoje está patente que o Recuo foi necessário e indispensável para a sobrevivência da O. Isso diz respeito tanto à diminuição das atividades, quanto à suspensão temporária do Órgão Central. A discussão interna se impôs. As medidas até aí foram acertadas, em virtude da linha voluntarista seguida após a cisão e cuja continuação teria tido consequências calamitosas para a O. Em princípio, o problema consistiria na adaptação das atividades às condições reinantes - à fase de descenso. Mas, como essa adaptação não se tinha dado em tempo, forçosamente tinha de tomar a forma do Recuo.

A suspensão do Órgão Central, nestas circunstâncias, justifica-se não só por motivos de segurança. A função do Órgão Central consiste em formular e divulgar a linha mestra no decorrer da luta. Quando esta linha está posta em questão pelo choque com a realidade, o próprio jornal perde a sua eficiência (sinal é que em sua última fase, o PO tinha se transformado em órgão de agitação e de denúncias).

Achamos acertadas essas medidas, enquanto se davam sob o lema de "um passo para trás", para poder dar "dois para frente". Acontece, entretanto, que os passos para a frente não foram ensaiados ainda. Criou-se um ponto morto. Foi criado porque a discussão então iniciada, não conseguiu ligar os debates teóricos à prática diária. Neste sentido ainda não se conseguiu superar as falhas de método do PTCP.

2. O PTCP foi uma tentativa de codificar uma tática da O. em determinada fase das lutas de classe no país. Revela uma boa compreensão dos métodos de lutas de uma fase passada, mas não daquela para a qual foi escrita. Além disso sofre a constante mescla de noções doutrinárias, estratégicas e táticas que são tratadas no mesmo nível. Os problemas essenciais de crítica ao PTCP já foram expostos pelos companheiros B. e O. e outros, e, em parte, na própria autocrítica do CN, mas um problema fundamental não foi tocado. Trata-se do fenômeno da elaboração de um "plano", conforme ao qual devia se desenrolar a atividade da O. em determinada conjuntura. O próprio PTCP justifica a sua razão de ser com um precedente histórico. Cita "O Que Fazer", de Lênin, como sendo um "plano": "o plano mais concreto e mais prático do que cabia fazer na Rússia de 1902 para preparar as massas para o futuro assalto ao poder".

É verdade que Lênin tinha apresentado um "plano" em "O Que Fazer", mas não um plano "tático". O que visava era concretamente a construção do partido revolucionário. A fundação do P., naquela altura, já era ponto pacífico. A grande maioria dos círculos e grupos marxistas existentes na Rússia de então se empenhavam para esse fim. As divergências que existiam diziam respeito a sua estrutura e seu funcionamento - isto é, principalmente ao seu estatuto. Lênin podia então apresentar um "plano" para a solução desse problema, porque lidava com fatores conhecidos e ponderáveis: os círculos dos revolucionários, os quadros da futura organização. Lênin, todavia, nunca apresentou "planos" para realizar determinadas táticas; estas consistem sobretudo em métodos de luta para atingir determinados fins. E muito menos chegou a apresentar um "plano" para preparar as massas para o futuro assalto ao poder. Isso, inclusive, teria sido um "plano estratégico", uma tentativa de enquadrar as lutas de classes em planos preestabelecidos e o marxista Lênin, certamente, estava longe desta tentação.

3. Nós não estamos tão imunes a tais perigos. Isso mostra a maneira como surgem palavras de ordens e tarefas, que facilmente se transformam em chavões. De uns tempos para cá, por exemplo, lê-se reiteradamente na nossa literatura da necessidade da "construção do Partido revolucionário". O que significa isso na prática?

Existe, por acaso, no país a matéria prima para colocar essa perspectiva num futuro próximo ou médio? Existe esse movimento revolucionário ainda não coordenado, ao qual se impõem a necessidade de atuar em forma de Partido? E o proletariado brasileiro já passou por aquelas mudanças qualitativas que só se adquire em fases de lutas de classes agudas, mas que são igualmente necessárias para a fusão de um movimento operário com o marxismo? Não basta citar "O Que Fazer", companheiros. É preciso estudar em que condições foi escrito, qual a base material para a colocação dos problemas.

Se nós, na fase de ascensão das lutas operárias, e mesmo na clandestinidade, na época das cisões no PCB, falamos da necessidade da formação de um Partido revolucionário da classe operária, descrevemos as perspectivas de um processo histórico, resultado do aprofundamento das lutas de classes. Encaramos a formação deste Partido como salto qualitativo, resultado de uma mudança radical nas relações de classes no Brasil. Significaria que uma fração importante do proletariado brasileiro teria se livrado da tutela burguesa, do populismo, do reformismo, etc, pois sem a presença física da classe qualquer partido seria uma ficção.

Querer transformar essa perspectiva histórica em tarefa para a O., é puro voluntarismo. E que fique claro, é voluntarismo, não só porque atualmente atravessamos uma conjuntura de recesso do movimento operário. Não é pela propaganda do Partido e nem pela agitação em torno dele, que o proletariado brasileiro chegará a ter o seu partido revolucionário. A classe operária não luta e não se movimenta em torno da "construção do Partido" (só intelectuais podem querer ver a luta de classe sob esse ângulo). A classe operária luta por reivindicações

econômicas E políticas muito concretas, que temos de saber captar, definir e desenvolver. É no decorrer dessa luta, na medida em que adquire a sua maioria, que o proletariado se organizará dentro e em torno do partido revolucionário, como instrumento mais eficaz na guerra de classes. A formação do Partido, para nós continua dentro das perspectivas das lutas de classes no país, inseparável do processo social de um proletariado politicamente independente, mas só pode ser resultado dessas lutas e desse processo. E aí só somos um fator entre muitos.

4. O voluntarismo manifesta-se também - como não podia deixar de ser - em nossa linguagem política, isto é, na nossa literatura. Afirmções categóricas podem dar a impressão da presença de princípios revolucionários inquebrantáveis, mas o marxismo não consiste de princípios abstratos. É, antes de tudo, um método do conhecimento de uma realidade social e a sua conseqüente prática.

O PTCP, por exemplo, começa dizendo: *"Um programa revolucionário comunista tem o papel de traçar os caminhos para a tomada do poder político e para o estabelecimento da ditadura do proletariado"*.

Vamos deixar de lado aqui o fato de essa definição não ser muito correta do ponto de vista teórico. O caminho que teria de "traçar", seria o da abolição da sociedade de classes, da exploração do homem pelo homem, da conquista do socialismo. A tomada do poder e a ditadura do proletariado são marcos nesse caminho, mas não o fim. Mas, deixando isso a um segundo plano, seria mais justo dizer que o programa tem o papel de traçar o caminho possível para a realização dos objetivos. Um programa coloca às massas oprimidas uma alternativa à sua situação. Embora, para nós marxistas, haja uma relação causal entre a possibilidade e sua realização, essa não é mecânica (um estudo do "Anti-During" de Engels seria útil, nesse contexto). Em segundo lugar, um programa marxista também não tem esse caráter místico de representar uma verdade eterna, de uma vez por todas. Depende sempre do estado de conhecimento da realidade, das mudanças dessa própria realidade e das experiências colhidas na luta de classes. Muitos programas bons e justos em determinadas épocas tiveram de ser mudados, por que não correspondiam mais às necessidades. Isso se deu justamente por ser o marxismo uma doutrina viva, que se desenvolveu e continua a desenvolver-se. Por outro lado, não se deve querer tornar absoluto o papel do programa.

Basta lembrar que bolcheviques e mencheviques tinham aceito o mesmo programa em 1903, o que não impediu que seguissem caminhos diferentes em seguida.

E, finalmente, para tratar do nosso caso, os companheiros nunca refletiram sobre o fato do nosso programa não responder mais a muitos problemas nacionais e internacionais, que se esboçaram nos últimos anos? Isso, no momento não é grave e não precisa ter conseqüências se a O. raciocinar e agir dialeticamente (se isso não for o caso, também o melhor programa não adianta). Não estamos aconselhando modificações precipitadas, mas não há dúvida que teremos de enfrentar a questão numa próxima fase de luta de massas, quando estivermos novamente em situação de apelar diretamente ao proletariado.

Quem lê a introdução ao PTCP tem forçosamente a impressão que o futuro da revolução proletária depende, antes de tudo, de um programa revolucionário correto. É verdade que há uma ressalva no sentido que existem *"conjunturas particulares, a depender da correlação de forças entre a revolução e a reação, a depender das forças revolucionárias já organizadas e a depender do animo da classe operária"*.

Mas, será que cada fase das lutas de classes pode ser enquadrada simplesmente no esquema "revolução contra reação", como se já estivéssemos à beira de uma guerra civil? E o que é esse "ânimo" da classe operária, do qual depende a "tarefa da transformação do programa em força material"? Será que o amadurecimento dos antagonismos no seio da sociedade agora se mede em "ânimos ou "desânimos"? Deveras, seria uma concepção materialista da história estranha e sabemos que ninguém na O. a defenderia teoricamente. Na prática, porém, é pelos mesmos padrões, que se opera com conceitos como "penetração na classe operária", "formação da vanguarda", "formação de lideranças operárias", etc, que justamente por serem elevados a princípios abstratos perdem o conteúdo real.

Escrevemos muito sobre "revolução". Usamos e abusamos do termo como substantivo, como adjetivo e como advérbio. Mas muito pouco encontramos, tanto no material do CN quanto no da discussão, sobre os problemas do proletariado e da sua luta latente, que nunca cessa. Creio que com semelhantes colocações e com semelhante linguagem só poderíamos ter contribuído para encurtar a vida dos Grupos Operários Independentes. Pois, se apresentamos tais posições a eles, nada podiam ter feito para "transformá-los em força material". As nossas tarefas de hoje são muito menos sonoras e mais concretas e, por isso, mais difíceis de enfrentar. Aí, não bastam "pratos feitos" de ontem, também a linguagem tem de adaptar-se às tarefas, para que haja comunicação.

Creio que podemos aprender algo com a prática militante de Marx. Quando este redigiu a Mensagem Inaugural e os Estatutos da Primeira Internacional, amigos objetaram a moderação da sua linguagem, em comparação com a usada no Manifesto Comunista. "É preciso de tempo", escreveu Marx então a Engels, "para que o movimento novamente despertado permita a antiga audácia da linguagem". Explica que o problema naquele momento era tomar a situação existente como ponto de partida, para poder levar o movimento às alturas do Manifesto.

5. O que significa o presente recesso para nós?

Muita coisa justa foi dita na discussão interna, mas é preciso ter a coragem de dizer as coisas por inteiro e não

reçar as conseqüências, que se impõem. Antes de tudo, temos que ver que a presente conjuntura nos fez recuar a uma fase de trabalho artesanal.

Quero prevenir aqui um possível mal-entendido. 'Artesanal' é usado freqüentemente no sentido pejorativo, principalmente depois de algumas traduções deficientes de obras de Lênin. Mas Lênin usou um termo (custarnitchestvo), que corresponde a um artesanato mal aprendido, isto é, o que costumamos chamar de diletantismo. Aqui, estou me referindo a um trabalho artesanal competente.

O trabalho nessa conjuntura tinha de ser artesanal, não só porque as condições objetivas restringiam o raio de ação de cada quadro nosso, seja na fábrica, seja na Universidade. Não só, também, porque nos obriga a proteger ao extremo os nossos quadros, porque substituí-los era difícil e demorado. Tinha de ser artesanal, principalmente, porque as condições dessa fase da clandestinidade impediam praticamente atividades de agitação. A nossa atividade externa primordial, nessa fase, tinha de ser a propaganda, - entendendo propaganda como atividade política, na qual um conjunto de idéias é levada a um número restrito de pessoas.

Era a formação de pequenos círculos operários - ou mesmo de contatos individuais, que tinha de representar a espinha dorsal das nossas atividades clandestinas nessa fase de ilegalidade (e isso tinha de ser um trabalho ilegal, pois, como já foi dito, não se formam quadros revolucionários em ambiente de legalidade, no Brasil de hoje). Tratava-se de um trabalho paciente do qual não se podia esperar resultados a curto prazo, nem se podia exigir dos operários que transformem imediatamente os seus novos conhecimentos em atividades. Tratava-se meramente, e para o futuro próximo, de estabelecer, manter e aprofundar essas ligações.

Para reunir esses operários, não se pode tomar o nosso programa como ponto de partida, é preciso saber antes interpretar para eles a realidade atual. O ponto de partida tem que ser os seus problemas concretos e devemos tratar deles numa linguagem que entendam. Só assim podem ser levados, sem assustá-los, a compreender colocações do programa e poderá ser elevado o seu vocabulário político.

São estas as justas dimensões, sob as quais se pode encarar, nessa fase, problemas como a 'penetração na classe operária', 'formação de lideranças operárias', etc. Trata-se simultaneamente de uma formação de quadros operários. Não de quadros militantes, pois enquanto não passarem por lutas, não é aconselhável encará-los como tais e querer integrá-los na O. Mas será uma escola de formação militante para os nossos quadros, que aprenderão como lidar com problemas operários, expor questões políticas e usar uma linguagem compreendida e aceita no proletariado. Esse gênero de atividade, artesanal competente, teria sido a única maneira de 'acumular forças' no meio da classe na ainda presente conjuntura e de melhorar as nossas posições de partida na próxima mudança de conjuntura.

É evidente que não é toda a atividade da O. no seio do proletariado, que se desenvolve nessas bases. Há contatos em diversos níveis. Mas independente do nível que for, temos de ter consciência que não somos nós, nem a esquerda em geral, que na presente fase pode determinar o ritmo das lutas de classe no país. Tem de deixar para a classe a decisão de quando e como recomeçar as lutas.

6. Também é evidente que os nossos contatos diretos com a classe operária - embora sejam o nosso pão de cada dia - não esgotam as atividades políticas da O. Outro campo representam as correntes de esquerda de tendência proletária, sobre as quais tenhamos de influir. Desconhecemos aqui os detalhes da situação como se criou nos últimos anos e só podemos julgar os fatos à base de experiências do passado.

Fato é que na presente situação, o problema da acumulação de forças que indubitavelmente existe - deve ser colocado de um angulo qualitativo. Creio que há uma concordância geral de, em tempo de recesso, não ter sentido colocar o problema da fusão com outras Os. Mesmo a absorção de grupos fechados não é aconselhável, quando não for precedido por luta comum, por uma prática comum, que corrobore as posições teóricas postuladas. Estas só, principalmente quando vindos de um ambiente estudantil, não bastam para garantir uma militância comunista, e qualquer impaciência nesse sentido, em vez de nos fortalecer, levará para dentro da O. problemas que já superamos. Para acumular forças em ações isoladas e na medida em que surgirem possibilidades de ações de vulto maior e mais freqüentes, bastam frentes e acordos restritos, formais e informais.

7 - Uma condição *sine qua non* para que a O. se adapte finalmente às tarefas da presente conjuntura e se prepare para enfrentar as da próxima, é que coloque a discussão interna em bases militantes e que procure amarrar os resultados mediante a formulação de uma Declaração Política, que permita de imediato uma prática comum e conseqüente. Isso não precisa, nem deve, prejudicar os debates de outros problemas fundamentais, principalmente dos que dizem respeito à análise das perspectivas do futuro.

A DI foi prejudicada, a nosso ver, pela maneira como o referendo foi realizado. Sem duvidas, tratou-se de uma tentativa de solução democrática, mas tinha de falhar, porque era um documento só, sem alternativa palpável, que chegou a ser apresentado às bases. Sem a apresentação de posições alternativas, não podia haver solução para o impasse. Não há duvida que com a continuação dos debates, começarão a surgir do seio da própria O., ao lado de críticas justas, também posições que podem levar a uma alternativa prática. Se isso não se deu ainda de maneira a superar o problema (pelo que podemos julgar à base do material recebido), deve-se isso a falta de uma atitude militante dos contribuintes na discussão. Parte-se às vezes de premissas muito remotas, para

chegar aos problemas vitais da O. Muitos problemas teóricos tratados nos debates, ou não tem nenhuma relação direta com os temas dos debates, ou então, são tratados em nível de abstração tão alto, que qualquer relação com a prática da O. torna-se mera coincidência. Mas, "a verdade é concreta", já disse Lênin, e isso diz respeito também à fundamentação teórica de uma linha política prática.

Um exemplo evidente de como não encarar o problema, é o trabalho da célula 200, que mais se parece com o resultado de um seminário universitário, do que com o produto de debates entre militantes comunistas. Apresentado como 'Contribuição a discussão sobre conjuntura e linha tática', dedica quase 50 das 52 páginas a considerações teóricas bastante ecléticas, que em vista da preeminência dos problemas atuais, bem poderiam ficar para uma data posterior. De resto, as poucas considerações sobre a linha tática desembocam numa citação meio duvidosa de Rui Mauro Marini, sem entrar na prática oportunista que levou aquele autor a romper com a O. Formulações teóricas em nível de abstração tão generalizado, que ainda permitem uma prática oportunista, não podem oferecer uma perspectiva de solução dos nossos problemas.

O problema fundamental da O., como um coletivo de militantes é de manejar o seu armamento teórico em função das suas necessidades práticas imediatas e mediatas. Por isso mesmo, uma Declaração Política, que defina a posição na atual conjuntura, deve ser elaborada no país e terá que ser obra dos próprios participantes da luta.

8. Indispensável para uma coordenação das atividades internas e externas da O., parece-nos a nova saída do Órgão Central da PO.

O achamos indispensável para a solução dos problemas internos, o encerramento produtivo da discussão, e a orientação constante dos militantes na sua vida política. Mas é indispensável também, a um prazo maior, para reafirmar o papel político da O. no país.

O que precisamos, nesse momento, não é um jornal de denúncias e nem de agitação. Podemos dispensar tranquilamente de títulos artísticos, que tomam mais páginas ou caricaturas de páginas inteiras. O que precisamos é de um jornal político para quadros, que se dirija ao potencial latente da Esquerda e aquilo que uma das contribuições da DI chamou de 'camada de vanguarda da classe'. O que precisamos é um jornal que forneça a esses círculos e grupos, continuamente, análises da realidade nacional e internacional e uma perspectiva realista de luta. Tal órgão não precisa de tiragens excessivas. Sua circulação não pode nem deve ser ampla, e sim, dirigida para os setores que nos interessam. Deve ter uma tiragem estritamente necessária, para evitar riscos de segurança desnecessários. Pela mesma razão é aconselhável que não apareça em datas fixas, nas quando há necessidade. Em princípio, 4 a 6 números por ano bastariam para o início. Dessa maneira já funcionaria como instrumento principal da O., para elaborar e divulgar as suas posições e preparará as premissas para o surgimento de uma literatura de agitação e de propaganda, na medida em que a situação o permitir e exigir.

9. Talvez se coloque nesta altura, principalmente para os companheiros, mais jovens a pergunta: o que representamos de fato, qual o nosso papel na conjuntura atual e no futuro das lutas de classes?

É um questionamento justificado. Quanto mais nitidamente soubermos distinguir o nosso possível papel nas lutas de classe no país, tanto maior a possibilidade de nós o desempenharmos. Pelo que foi dito, deve ser claro para nós que não somos nenhum 'Estado maior Socialista' - nem mesmo autônomo (auto-nomeações nem sempre correspondem a situações reais). Não dispomos de tropas para movimentos estratégicos, nem podemos alegar que preenchamos esta função em estado potencial, com vista ao futuro. O futuro 'Estado maior' terá de surgir do seio da classe e só faremos parte dele na medida da nossa presença na classe.

Mal podemos afirmar sermos uma 'O. de combate', pois pelo menos durante os últimos anos se tornou muito problemático para nós, preencher essa função. Temos de ter clareza que não conseguimos preencher esse papel, porque não soubemos escolher o terreno e o nível de luta contra o regime. Apesar disso, a perspectiva de nós nos tornarmos uma O. de combate é realista, se for visada dentro da perspectiva da realidade material existente. Nenhum comando responsável lançara levianamente uma unidade à luta, sem essa estar preparada para isso. Não a indicará tarefas acima das suas forças para realizá-las. Observará cuidadosamente o seu reino individual e coletivo - sua formação e seu amadurecimento - antes de escolher terreno e métodos de luta. Assim mesmo, como O. de combate, só seremos uma entre outras. Não seremos os únicos que combaterão o regime e nem mesmo os únicos que tem a revolução socialista na sua bandeira. Como O. de combate só atingiremos uma fração mínima do proletariado e dos trabalhadores do país.

Sempre pleiteamos constituir uma vanguarda revolucionária da classe operária. Uma vanguarda dessas se pode constituir de duas maneiras; ou como camada ou setor mais combativo do proletariado que lidere empiricamente, mas de fato, a classe, ou uma vanguarda política, que se destaque "da grande massa do proletariado pelo conhecimento teórico das condições, do caminho e dos resultados gerais do movimento proletário" (Manifesto Comunista).

Não ha duvida que, na medida em que preenchamos esse papel, é o segundo caso que nos diz respeito. Para poder continuar a fazer jus ao papel é preciso poder aplicar esses conhecimentos gerais a cada fase da luta, para interpretá-la aos demais. Também não basta só elaborar essas posições justas, é preciso dispor dos instrumentos para divulgá-las e irradiá-las.

Mesmo dispondo de todas essas premissas, isso não garante ainda uma posição de liderança real, que nas circunstâncias atuais seria irreal pretender. Por enquanto só podemos funcionar como um catalisador de um processo objetivo, que não inventamos, que se dá independente das nossas vontades, e cujo próximo estágio será a formação política da classe operária no país.

Como vanguarda política, como organização militante de comunistas, já obtivemos o nosso batismo de fogo, já desempenhamos e podemos continuar a desempenhar esse papel. Os nossos desvios e insuficiências, os devemos encarar como doenças infantis, no caminho do crescimento qualitativo. Nunca devemos esquecer que nós também somos um produto do ambiente, no qual surgimos, da sociedade na qual atuamos, e que de certo modo refletimos o nível geral das lutas de classes no país. Também como vanguarda temos de aprender e assimilar a dialética da luta. Já foi dito que comunistas não caem do céu, nem individualmente, nem como coletivo. Eles se tornam comunistas errando, erram porque lutam e aprendem porque é na luta que se dá o encontro entre a teoria e a prática.

(Janeiro de 1975)